ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

# O CAPITAL SOCIAL COMO FATOR PRIMORDIAL NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE UMA CIDADE DE FRONTEIRA O caso da cidade Oiapoque (AP)

**Autores:**
JOSE ALBERTO TOSTES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - tostes.j@hotmail.com
ALICE WEISER - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - weiser@hotmail.com

**Resumo:**

O presente artigo trata de um tema muito relevante, a discussão do capital social como fator primordial na construção de instrumentos de políticas públicas. A construção do Plano Diretor do Município de Oiapoque serviu de referência para esse artigo. As questões enfatizadas são a partir da discussão da categoria de capital social que descreve os princípios que envolvem o grau de organização de uma sociedade. O método aplicado é o dialético e técnicas de aplicação quali-quantitativo. A importância do trabalho está na relevância da compreensão da formação das redes sociais e os desdobramentos para efetivar mudanças e transformações no cenário de uma cidade de fronteira.

# O CAPITAL SOCIAL COMO FATOR PRIMORDIAL NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE UMA CIDADE DE FRONTEIRA

## O caso da cidade Oiapoque (AP)

## RESUMO

O presente artigo trata de um tema muito relevante, a discussão do capital social como fator primordial na construção de instrumentos de políticas públicas. A construção do Plano Diretor do Município de Oiapoque serviu de referência para esse artigo. As questões enfatizadas são a partir da discussão da categoria de capital social que descreve os princípios que envolvem o grau de organização de uma sociedade. O método aplicado é o dialético e técnicas de aplicação quali-quantitativo. A importância do trabalho está na relevância da compreensão da formação das redes sociais e os desdobramentos para efetivar mudanças e transformações no cenário de uma cidade de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social, Oiapoque, Plano Diretor.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre capital social avançaram muito na discussão contemporânea, na diversidade de ideias e teorias, utilizou-se várias reflexões para compreender a lógica de funcionamento e as dinâmicas de uma cidade na fronteira.

Essa cidade de fronteira é denominada de Oiapoque, localiza-se na fronteira setentrional brasileira, com distância aproximada de 600 quilômetros da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, faz limite com os respectivos municípios amapaenses: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari. Na sua porção Leste limita-se com Oceano Atlântico e a Oeste possui cerca de 650 km de limite internacional com a Guiana Francesa (Figura 1).

A temática desse artigo apresenta a discussão de como o capital social é primordial para o processo de construção de novos instrumentos de planejamento e gestão, nesse

caso, utilizou-se a experiência de construção de um instrumento de política pública, os estudos do Plano Diretor. A abordagem metodológica considerou os documentos oficiais, registros, os eventos promovidos, as rupturas ocorridas e uma pesquisa de campo para elucidar a participação coletiva da sociedade local em todo o processo.

Figura 1. Localização do Oiapoque no estado do Amapá

Fonte: Adaptação de Tostes e Feijão, 2017

Assim, para melhor sistematização da divisão dos tópicos deste artigo optou-se por enfatizar os eixos temáticos da seguinte forma: A discussão do capital social, o capital social nas atividades legais e ilegais, o capital social nas mudanças a partir das expectativas locais e a discussão sobre os resultados da pesquisa de campo.

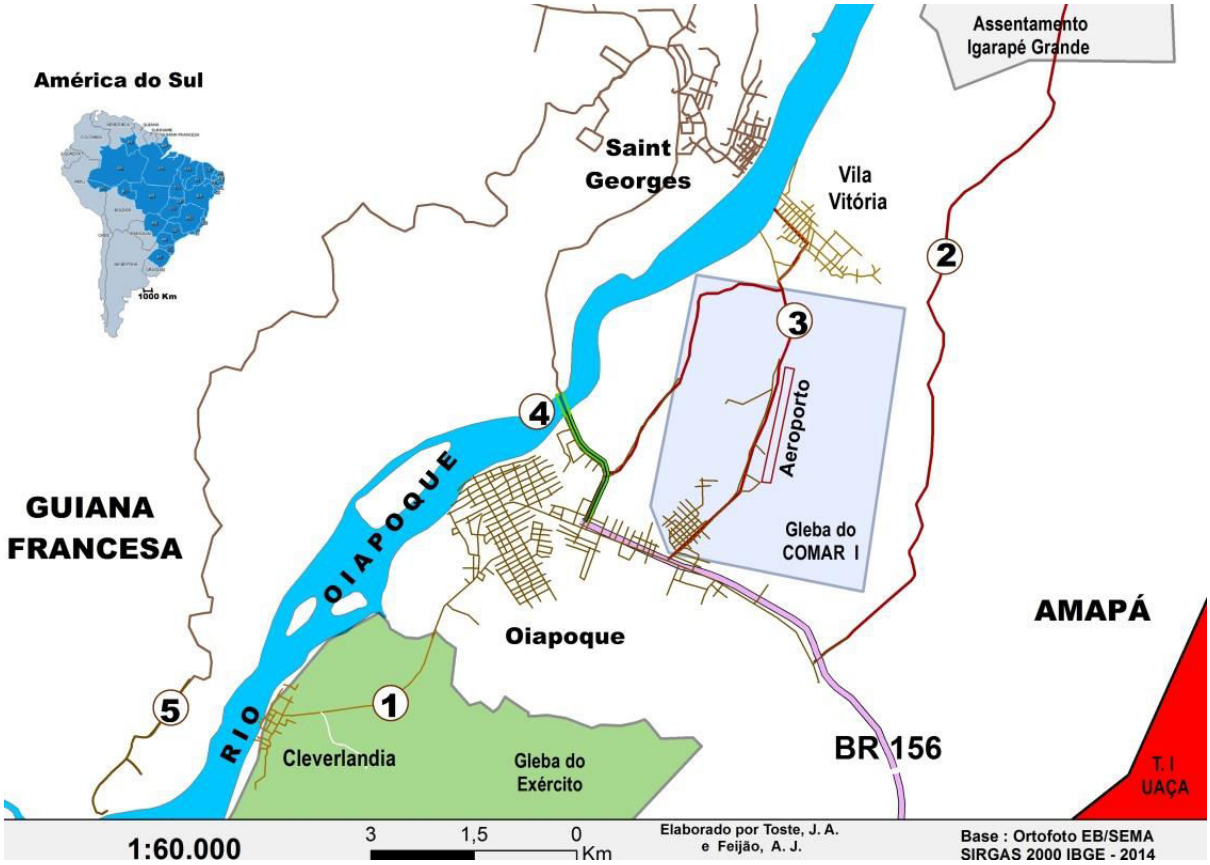
# CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE OIAPOQUE (AP)

A cidade de Oiapoque possui uma área urbana em torno de 3,5 km². O perímetro e a expansão urbana estão definidos. O modelo urbanístico da cidade proposto em 1940 adotou o traçado em xadrez do arruamento, com ruas e avenidas nos sentidos Leste-Oeste e Norte-Sul, respectivamente. A cidade se apresenta como uma clareira aberta a partir do rio Oiapoque e se expande derrubando a floresta. O traçado urbanístico da cidade, em xadrez, mantém certa disciplina de ocupação, mas a característica geral das edificações

desprovida de valores estéticos, aliados à falta de infraestrutura, confere a paisagem urbana da cidade, uma visão caótica (Figura 2).

A cidade de Oiapoque forma com Saint George - pequeno vilarejo francês de forte presença militar – um par de cidades gêmeas antigo e estagnado. Oiapoque é um modelo híbrido de inserção regional, associado tanto ao rio Oiapoque quanto a rodovia BR-156. Sua dinamicidade ligada principalmente ao comércio contrasta com a inércia característica da maioria das outras cidades regionais de porte semelhante. Além disso, sua situação em uma zona de fronteira lhe atribui características peculiares.

Figura 2. Localização do núcleo urbano da cidade de Oiapoque




Fonte: Tostes e Feijão, 2017

A distância de 600 km da capital sempre foi uma adversidade em função das condições de parte da BR-156. A estrada atualmente tem mais de 80% pavimentada e a conclusão definitiva, ainda não tem previsão. Na paisagem urbana de Oiapoque há três linhas de força: a Beira-rio, a Praça pública e rodovia BR-156. Cada uma possui caráter próprio, resultado de funcionalidades que nem sempre são adequadas e em alguns casos até se invertem, como acontece entre a Praça e a Beira-rio.

A BR-156 é um grande vetor de expansão urbana, inclusive associando a inserção da cidade na estrutura regional, segundo o modelo “rodovia”. Há controvérsias em relação ao processo de especulação ao longo da BR-156, motivadas principalmente pela enorme

expectativa da construção da Ponte Binacional, isso tem provocado no núcleo urbano da cidade um elevado aumento do processo especulativo quanto às questões fundiárias.

A cidade também é formada basicamente de estruturas morfológicas de espaços edificados e espaços vazios - que mantêm entre si uma relação dialética, um constrói o outro, sobre um determinado suporte físico. Contudo, a paisagem urbana não é configurada apenas por esses elementos. Como estrutura antropizada contém elementos socioculturais repletos de funções e significações. A cidade é fruto de um contexto social e caracteriza-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidos pelos usuários desse cenário urbano, mesmo em circunstâncias peculiares introduzidas pela dinâmica da fronteira.

Oiapoque convive com a transição e fluxo de pessoas e mercadorias, por isso o significado das interações na fronteira é distinto para ambos os lados. Para os que estão do lado do Oiapoque atravessar para a Guiana é viver a expectativa de dias melhores. Para os Guianenses e franceses atravessar para a cidade de Oiapoque visa unicamente comprar mercadorias, o que já foi proibido pelo governo da Guiana e também usufruir do mercado local da rede de prostituição. Toda a estrutura edificada na cidade de Oiapoque foi adequada para atender especificamente aos estrangeiros e suas necessidades.

Nas últimas décadas, o acesso para o território guianense ocorreu exatamente pelo Oiapoque, gerando novos atores em um cenário cada vez mais complexo. Neste cenário, é importante verificar que a Guiana não oferece mais a oportunidade que muitos brasileiros almejam alcançar, como no passado em décadas anteriores. A clandestinidade gerou no Oiapoque a formação de pontos de passagem que contribuíram para que a cidade tivesse uma dinâmica diferente das demais cidades do estado do Amapá.

Nesta década do novo milênio a cidade de Oiapoque teve inúmeros episódios que influenciaram no redimensionamento do espaço urbano de seu território. A expulsão de brasileiros da cidade de Saint Georges acabou culminando na formação de Vila Vitória, um aglomerado de habitações com condições estruturais precárias.

O Amapá através do Oiapoque é o único estado da federação que tem uma fronteira com um país europeu, sob regras do Mercado Comum Europeu, onde a legislação é mais rigorosa, e sob o atenuante de que há inúmeros conflitos decorrentes do elevado processo migratório para esse território. Entre os novos usos e redimensionamentos na fronteira entre o Amapá e a Guiana (Oiapoque e Saint George) está à discussão recente sobre a possibilidade de uma carta de livre trânsito entre estas cidades, dinamizando assim reais perspectivas de mudança no cenário destas cidades.

O poder público municipal de Oiapoque convive com a falta de recursos para finalização dos instrumentos de planejamento. Já em Saint George, existe um plano com novos redimensionamentos a partir da Ponte Binacional. Tais projetos e planos serão vitais para o desenvolvimento desta região, provocando novos usos e a mudança da paisagem local, estimulada principalmente pela ampla possibilidade de um ciclo de transformações econômicas, sociais e fundamentalmente por maiores índices de qualidade de vida na fronteira.

# A DISCUSSÃO DO CAPITAL SOCIAL

Para explicar os fenômenos decorrentes da construção das relações na cidade e sobre como este processo ocorreu na cidade de Oiapoque, recorremos à discussão da categoria de capital social em suas diferentes argumentações para compreender a natureza do objeto foco desse artigo,a construção do plano diretor municipal, embasando-se nas ideias de Bourdieu (2004), Lin (2001) e Colemam (1988).

O enfrentamento das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo tem sido o principal problema a ser trabalhado no processo de reorganização do espaço urbano através de um planejamento sistêmico, participativo e deveras eficiente. Sendo as cidades os lugares da produção e distribuições de riqueza estas devem ser vistas sob a ótica das funções estratégicas que desempenham múltiplas ações econômicas, sociais, políticas e culturais. Sendo assim, a discussão sobre o capital social ganha ampla importância no atual contexto contemporâneo.

A grande cidade capitalista tem sido o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Esses processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana (CORRÊA, 1989).

As cidades foram resultantes do processo de desenvolvimento a sua organização se deu em função dos interesses do capital, no entanto, a cidade se tornou o espaço de consolidação e predominância do desenvolvimento. O sistema capitalista moldou a cidade como um espaço de atendimento do seu interesse.

Entender a lógica de funcionamento de todo esse sistema a partir das interpretações e discussões sobre a categoria de capital social nos coloca diante de um debate contemporâneo bem diversificado em autores como Putnam (2002), Fukuyama (1996), Nan Lin (2001), Portes (2000), Ostrom e Ahn (2003) e Woolcock e Narayan (1998). Na América do Sul, Durston (1999; 2000) e no Brasil vários autores vem se dedicando aos estudos de capital social, dentre eles Franco (2001), Higgins (2005) e Barquero (2006). Um dos autores mais analisados, mas também com várias argumentações contrárias as suas concepções é Bourdieu.

Bourdieu (2004, p -) define capital social como

> "[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas [...] ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes e úteis."

Ribeiro (2008) demonstra que Bourdieu reafirma que o capital social é um ativo impessoal que oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem

relacionados. Bourdieu, assim, considera a assimétrica distribuição e reprodução do poder e das desigualdades sociais em seus estudos de capital social como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares, não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado.

Sendo as cidades os lugares da produção e distribuições de riqueza estas devem ser vistas sob a ótica das funções estratégicas que desempenham múltiplas ações econômicas, sociais, políticas e culturais. No qual, o processo de desenvolvimento deve estar associado a um contexto de integração impulsionado pela expansão da produção dada em escala global (TOSTES, 2014). As redes de relações em uma cidade não são dadas naturais, nem mesmo dados sociais, e sim produto do trabalho das pessoas para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis que possam proporcionar lucros materiais ou simbólicos (RIBEIRO, 2008).

As relações sociais são fundadas em trocas, inseparavelmente, materiais e simbólicas. O volume de capital social que um agente individual possui, por exemplo, depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e dos volumes dos capitais econômico, cultural ou simbólico que são posses exclusivas de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2004).

A perspectiva de Bourdieu sofreu várias críticas. Portes (2000) a considera instrumental, pois o modelo estaria baseado no proveito pessoal que os indivíduos obtém ao participarem de determinadas estruturas sociais (uma perspectiva individualista), todavia Bourdieu acentua a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas o capital econômico, definido como trabalho humano acumulado (PORTES, 2000, p. 135)

Bourdieu é também questionado por Ostrom e Ahn (2003) que consideram a abordagem vinculada ao acesso de indivíduos a diversas redes pessoais favoráveis conforme a posição de classe. Caracterizam sua abordagem como “minimalista” porque assim o capital social pertenceria a cada indivíduo, às vezes à custa dos demais (RIBEIRO, 2008).

Ribeiro (2008) afirma que a literatura reconhece em Bourdieu o foco político que foi dado às redes sociais que constituem um multiplicador das outras formas de capital (cultural, simbólico, monetário). De todo modo, apesar das críticas, o centro de sua análise está no suposto de que a estrutura social é constituída de campos de lutas pelo poder. Logo, para o autor, o conflito é inerente ao conceito de capital social, que, como todas as demais formas de capital, é distribuído de forma desigual (ALBAGLI; MACIEL, 2002).

Ribeiro (2008) ao explicar as ideias de Colemam (1988) evidencia que o foco é utilitarista (PORTES 2000; HIGGINS, 2005). Ele é um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e difusão do conceito de capital social. Definiu capital social partindo de sua função como uma variedade de entidades de dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto da estrutura social e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura (COLEMAN, 1988).

Colemam comparou como a Sociologia e a Economia compreende as relações entre a ação social e o ator social, ao se analisar as duas concepções para se chegar ao entendimento, o indivíduo age com metas e interesses e atua dentro dos limites do seu entorno social. Na estrutura social, o capital social cumpre a função de servir como recursos para que os atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses (RIBEIRO, 2008).

Há nesse conjunto definido pelo autor, três grupos de elementos que fazem parte dessa funcionalidade: (1) obrigações, expectativas e lealdade, (2) canais de informação e (3) normas e sanções estabelecidas. São exatamente na concepção das três variáveis que relacionamos ao objeto de análise, a formação de capital social na região do Vale do Jari.

Os primeiros podem contar com diversos graus de reciprocidade, dependendo do tempo e do motivo. Os canais de informação reduziriam custos através de pessoas que têm informações pertinentes e as compartem com a rede social. O terceiro tem por função específica inibir comportamentos negativos que debilitam o capital social.

Ribeiro (2008) ao explicar as concepções de Colemam (1988) reconhece que há diferenças entre as estruturas sociais. Considera as necessidades concretas que levam a interação social, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluência dos recursos, a capacidade de gestão que pessoas têm para obter ajuda, a coesão de redes sociais e a logística que dinamiza mais ou menos os contatos sociais. Mas ele não é explicito em reconhecer estruturas sociais excludentes que impedem o acesso de indivíduos ou grupos a recursos de que precisam. Contudo, possui o mérito de introduzir e conferir visibilidade ao conceito na sociologia americana.

Colemam (1988) dá um aporte e importância na explicação do capital social para criação de capital humano. Todavia, Portes (2000), não distinguem os recursos existentes em si mesmos, da capacidade que a própria sociedade tem de obtê-los em virtude da pertença a diferentes estruturas ou grupos sociais.

Bourdieu está interessado na coexistência pacífica entre o homem e a sociedade, como dois sistemas de ação que se intersectam. Os estudos de Colemam foram objeto de diversas críticas. Bourdieu acredita que não existe nenhuma relação na ideia de que o comportamento sistêmico é o produto das ações intencionais e orientações dos indivíduos. Para ele, o resultado é uma consequência não previsível e não intencional das ações individuais (PORTES, 2000).

Sua perspectiva utilitarista do capital social parte do suposto de que a cooperação social se dá naturalmente ficando as diferenças de classes minimizadas. O ator social é, por excelência, tido como o indivíduo em sentido abstrato, sem história, sem arraigo social, sendo sua estratégia dominante o princípio da maximização. Não há motivações coletivas. É como se houvesse uma cooperação não intencional de jogadores egoístas (DURSTON, 1999).

Ribeiro (2008) ao explicar a perspectiva de Colemam, mostra que a sua falta de questionamento as histórias vividas por cada indivíduo quando não valoriza que eles se

encontram em diferentes graus e em diferentes possibilidades para acessar qualquer tipo de recurso, inclusive recursos do capital social.

Ostrom; Ahn (2003) destacam em Colemam o aspecto positivo do bem público do capital social: quando, por exemplo, a estrutura normativa em Jerusalém permite as mães sentirem-se segura o suficiente para deixar seus filhos pequenos brincarem fora das casas. É que o capital social alcança os atores não só em suas metas individuais, mas também em metas coletivas. Pode ajudar a resolver problemas de ação coletiva beneficiando a todos os indivíduos de uma dada estrutura social.

Com Putnam (2002) o capital social se reveste de características macro na escala de comunidades e cidades. Um bom estoque de capital social superaria dilemas de ação coletiva. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas [...] O capital social facilita a ação espontânea (PUTNAM, 2002, p. 177).

Mas, adverte o autor que a confiança necessária para fomentar a cooperação não pode ser uma confiança cega, implica uma previsão do comportamento de um ator independente. Em comunidades pequenas e coesas, tal previsão pode basear-se no que Bernard Willians denomina ‘confiança irrestrita’, ou seja, a que resulta do convívio íntimo com aquela pessoa. Em contextos mais amplos e complexos, porém, é preciso haver uma forma de confiança mais impessoal ou indireta [...]. (PUTNAM, 2002, p. 181).

Putnam aborda dois pontos importantes: (1) as relações clientelistas e (2) as de parentesco. As primeiras envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas, uma “amizade desequilibrada”. Nas segundas, os laços de parentesco influenciariam na solução dos dilemas da ação coletiva.

A principal crítica a Putnam vem de Alejandro Portes: o problema fundamental da tese de Putnam é a sua circularidade lógica. O capital social torna- se simultaneamente uma causa e um efeito. Por um lado, leva a resultados positivos (uma menor incidência criminal, por exemplo), mas a sua existência é inferida desses mesmos resultados. As cidades bem governadas e em progresso econômico conseguem esse feito por deterem um elevado capital social. As cidades pobres não possuem essa virtude cívica. Dito de outro modo, se uma cidade é cívica, faz coisas cívicas, se não o é, não as faz. Em Putnam a definição de capital social torna-se tautológica (PORTES, 2000).

Fukuyama (1996) também centra suas análises de capital social em grande escala, mas observando o comportamento de países e não de cidades. Analisa a premissa neoclássica de que os seres humanos são indivíduos maximizadores da utilidade racional, em relação a indivíduos que podem também perseguir objetivos não utilitários. Ele destaca o papel das culturas sublinhando a variedade delas e afirma que há um enorme aspecto de adaptações culturais a situações econômicas semelhantes que sugerem que nem todas possam ser igualmente racionais.

Os cidadãos em geral estão inseridos numa variedade de grupos sociais – famílias, vizinhanças, redes, companhias, igrejas e nações – a cujos interesses elas têm que contrapor os seus. As obrigações que os indivíduos sentem para com suas famílias não nascem de um simples cálculo de custo-benefício, mesmo que a família explore um negócio; ao contrário, o caráter do negócio é que é moldado por relações familiares preexistentes (RIBEIRO, 2008).

Os trabalhadores nunca são meros números no quadro organizacional de uma companhia; eles desenvolvem solidariedade, lealdades e idiossincrasias que configuram a natureza da atividade econômica. Em outras palavras, o comportamento social, por conseguinte moral coexiste com um comportamento auto interessado e maximizador de utilidade em diversos níveis.

Barquero (2001, p161) afirma que os espaços industriais da atualidade apontam para novos caminhos no processo de desenvolvimento e na relação entre diferentes grupos sociais. Em suma, isso significa que os novos cenários de produção em escalas globais, que antes centralizavam o sistema produtivo em determinadas regiões, agora estão buscando novos espaços industriais. Com isso adentra-se em novas formas de se perceber o capital social existente a partir das novas relações estabelecidas e defendidas por Fukuyama (1996).

Conjunturalmente tal cenário nos remete a urgência em adotar melhores estratégias de desenvolvimento das cidades por estas continuarem sendo o espaço de consolidação e evolução das economias e principalmente nas pretensões de se alcançar a qualidade de vida e bem-estar social na perspectiva do desenvolvimento endógeno.

Um dos itens mais importantes nesse processo do desenvolvimento endógeno está na confiança, que segundo Fukuyama, está na expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por membros dessa comunidade. Não obstante, esclarece ele, não é suficiente que os membros da comunidade esperem comportamento regular.

Nos registros históricos, as cidades representam o espaço onde o processo de desenvolvimento se consolidou. Conforme esclarece Barquero (2001) foi na cidade que ocorreram as transformações do sistema econômico, produtivo e institucional, fato que caracterizou a cidade como o lugar estratégico tanto para o desenvolvimento econômico como para a evolução das sociedades, bem como o processo de organização social.

Fukuyama parece valorizar mais o capital social coletivo quando diz que este “é baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais”, contudo, isso não fica absolutamente claro. O mesmo considera a complexa divisão de trabalho da sociedade industrial fazendo questão de se referir à rubrica geral que Durkheim chamou de “solidariedade orgânica”. É mais razoável considerar que a análise de Fukuyama para capital social admite o termo tanto como um ativo de indivíduos como de grupos sociais.

Ribeiro (2008) explica as ideias de Lin (2001), que reconhece que o valor do capital social, como um recurso entre vários outros – que pode ser manejado tanto em nível

individual como grupal, de acordo com as oportunidades e coações específicas de cada um deles. O acesso e o controle sobre tais recursos determinam a posição de cada ator e sua margem de manobra a respeito dos demais atores na estrutura social onde se encontram inseridos. Para Nan Lin capital social é:(1) investimento em relações sociais com expectativas de conseguir benefícios no mercado, (2) recursos embebidos na estrutura social que são acessíveis ou que podem ser mobilizados mediante ação intencional e(3) recursos acessíveis mediante as conexões sociais.

As três variáveis analisadas em relação ao objeto de estudo, evidenciam que as relações na região da fronteira, os reais benefícios sempre estiveram em função das empresas instaladas na região em função do poder do capital estabelecido; a segunda variável é os recursos disponíveis não foram suficientes para que a estrutura social existente chegasse a beneficiar concretamente o lugar; e na terceira variável as conexões sociais em parte estiveram comprometidas com a lógica que o capital oferecia, e, portanto exercia a lógica de ser o indutor da economia do lugar.

As cidades no Brasil são resultado do forte processo de industrialização do país, um claro caráter predatório, pois se fundamentou em um modelo obsoleto, gerador de grande desperdício que se baseava na substituição de produtos seguindo o exemplo dos países desenvolvidos (FURTADO,1959). O modelo de desenvolvimento seguiu um padrão voltado para o crescimento econômico do capital focado no lucro e não no desenvolvimento social.

De acordo com Ximenes (ano), Lin compreende o capital social como um conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações. Considera a rede social como um conjunto formado por atores que compartilham um mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo e argumenta que o capital social “enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado deve ser definido como recursos inseridos na estrutura social que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização de um objetivo [...]” (XIMENES, ano, p -).

No espaço das cidades há possibilidadede geração de externalidades, que favorecem a diversidade da produção, fomentam a interação e a formação de redes, criam locais de encontro entre todos os tipos de atores e incentivam os processos de inovação (BARQUERO, 2001 p. 152).

A cidade é o espaço onde estão presentes os maiores investimentos em termos de capital financeiro e social, é também o lugar onde reside a maior parcela da população, esses fatores fazem com que o capitalismo seja o ator que determina como o espaço urbano vai se organizar em atendimento aos seus interesses. As ideias de Lin evidenciam que quanto maior forem os níveis de interação social, maiores serão os níveis de formação das chamadas redes sociais.

## O CAPITAL SOCIAL E A FORMAÇÃO DE REDES SOCIAIS LEGAIS E ILEGAIS NA FRONTEIRA

Como se destacou na discussão sobre a discussão do capital social, aferiu-se nas ideias de Putnam dois itens importantes na construção do Plano Diretor do Município de Oiapoque:(1) as relações clientelistas e (2) as de parentesco. As primeiras que envolvem permuta interpessoal e obrigações recíprocas, mas a permuta é vertical e as obrigações assimétricas, uma "amizade desequilibrada". Na segunda, os laços de parentesco que desempenhariam um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva.

Em 2005, iniciou-se um processo de construção de um importante instrumento de política pública, a construção dos estudos do Plano Diretor do Município de Oiapoque, havia passado cerca de dez anos após a retomada da cooperação binacional entre Brasil/França, portanto um suposto clima favorável ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao planejamento local.

Com sequência dos trabalhos em desenvolvimento, constataram-se a partir das ideias de Putnam, as duas variáveis de análise, a primeira baseadas nas relações clientelistas, a fronteira se caracterizou por décadas no lugar onde transitava as relações institucionais comprometidas com uma série de ações ilegais, como garimpo, prostituição, tráfico de drogas, contrabando, a as travessias clandestinas para o território guianense.

As relações clientelistas criaram um ambiente hostil e corrupto para um lugar que em tese deveria ser a porta de entrada do Brasil pelo eixo Norte. Os números comprovam como as relações clientelistas se acirraram por décadas na fronteira, houve uma tolerância por admitir que as relações fossem vistas com algo positivo para o lugar, pois movimentava o comércio e a prestação de serviços. Até o ano de 2016, a cidade de Oiapoque sequer emitia de forma adequada a expedição de alvarás de funcionamento para estes setores.

Na segunda variável descrita por Putnam, é ainda mais atenuante, pois as relações de parentesco na região da fronteira obedecem a uma lógica, a real perspectiva de realizar a travessia para Guiana Francesa. Os objetivos estão na perspectiva de alcançar um posto de trabalho nas cidades de Caiena ou Kourou. Tal fato criou elevados índices migratórios para região principalmente a partir da década de 1990. Para cada dez brasileiros residentes na cidade de Caiena, capital da Guiana Francesa, existe, pelos menos, dois ou três parentes próximos aguardando a oportunidade de realizar a travessia.

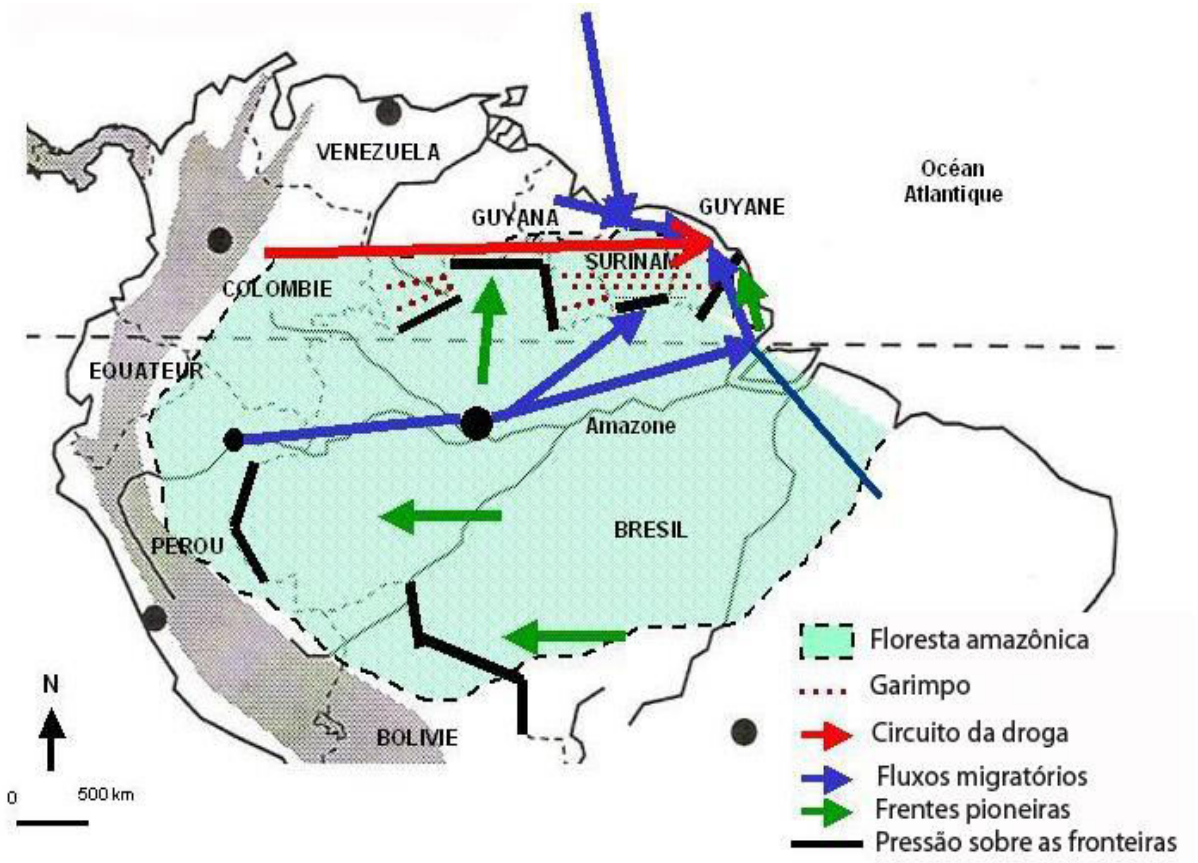
Então, as duas variáveis descritas nas ideais de Putnam, quando aborda a questão do capital social evidencia que as regiões mais pobres desprovidas de sentimento cívico, tem menos chances de colocar em prática ações cívicas, caso que se aplica perfeitamente a cidade de fronteira aqui estudada, pois a condição cívica é prejudicada por um ambiente onde o sentimento que mais prevalece, é o não pertencimento ao lugar.

No avanço da discussão sobre a categoria de capital social, também aplicou-se as ideais de Nan Lin para explicar os fenômenos na fronteira a partir de três itens descritos por esse autor: (1) os investimentos em relações sociais com expectativas de conseguir benefícios no mercado, (2) dos recursos embebidos na estrutura social que são acessíveis ou que podem ser mobilizados mediante ação intencional e (3) dos recursos acessíveis mediante as conexões sociais (Figura 3).

Na vinculação do primeiro item, das relações a partir de expectativas quanto ao mercado, tornou-se evidente que na fronteira, a lógica é induzida pela possibilidade de dois itens determinantes para economia local, a primeira é a exploração do ouro de áreas de garimpos e a segunda é a obtenção do Euro através de diversas atividades, sejam elas, legais ou ilegais, sendo assim, o capital social analisado a partir dessa variável evidencia que os grupos sociais constituídos se formam para atender a essas duas pretensões com ações de curto e médio prazo.

A segunda variável, sobre os recursos existentes na estrutura social, na realidade ao contrário do que defende o autor, a concepção é definida com a clara intenção de induzir ao cumprimento das ações previamente planejadas, principalmente aquelas que são originárias das ações ilegais.

Figura 3. Conjuntura das fronteiras da Amazônia




Fonte: confins.revues.org

E a terceira variável, dos recursos mediantes as conexões sociais, pode-se dizer que na fronteira, temos diversas categorias que agregam por conta de que tais conectividades representam um forte valor econômico para o lugar, é o caso da comunidade garimpeira, tanto pelas atividades clandestinas em terras francesas e guianenses, como pela formação de atividades legais de comércios na cidade de Oiapoque. Tais conexões também são formadas pelas relações de parentesco, já descritas anteriormente, e que estão

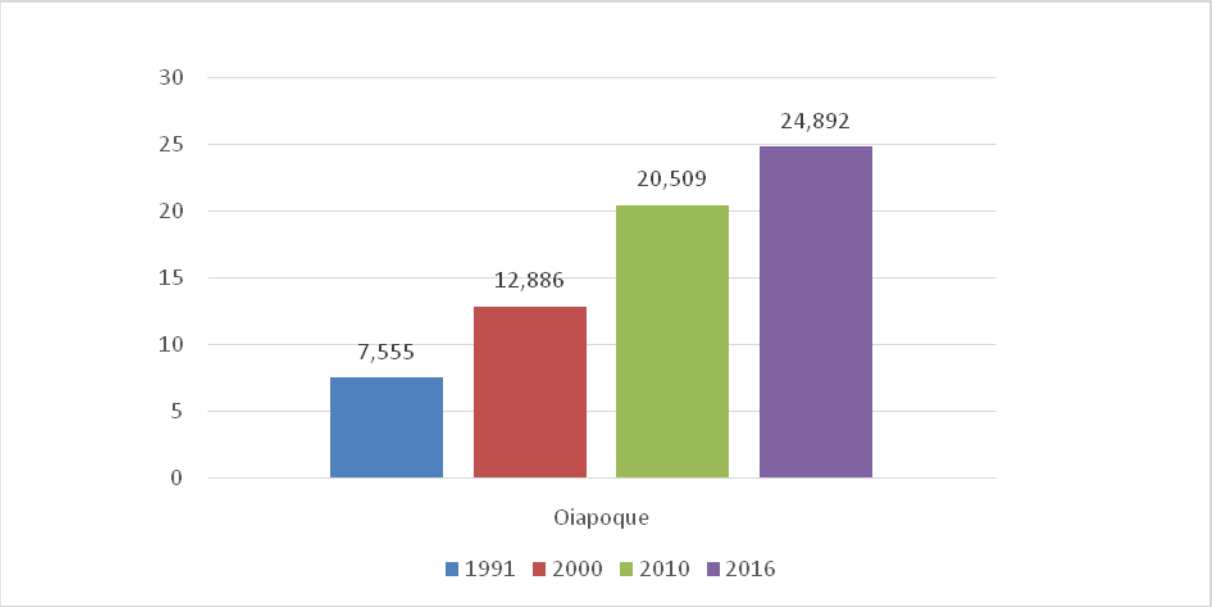
diretamente relacionadas na conectividade com a cidade de Caiena na Guiana Francesa e vinculadas diretamente com Oiapoque no estado do Amapá.

## O CAPITAL SOCIAL A PARTIR DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE LOCAL - OIAPOQUE (AP)

Apesar de um cenário amplamente desfavorável em relação à parte das conectividades existentes na região, deve-se considerar também que outros atores devidamente instalados na fronteira realizam um papel institucional importante para alterar e oportunizar o capital social existente na construção de instrumentos de política pública em favor do desenvolvimento.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1991 a população de Oiapoque era de 7.555 habitantes. Nove anos depois, já em 2000, atingiu 12.866 habitantes, no Censo 2010 esse número sofreu um boom e chegou a 20.509 habitantes e em 2016 estima-se uma população em torno de 24.892, ou seja, existe uma evolução em termos de crescimento populacional ocorrendo em um curto espaço de tempo de forma acelerada como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1. Evolução da população de Oiapoque de 1991 a 2016

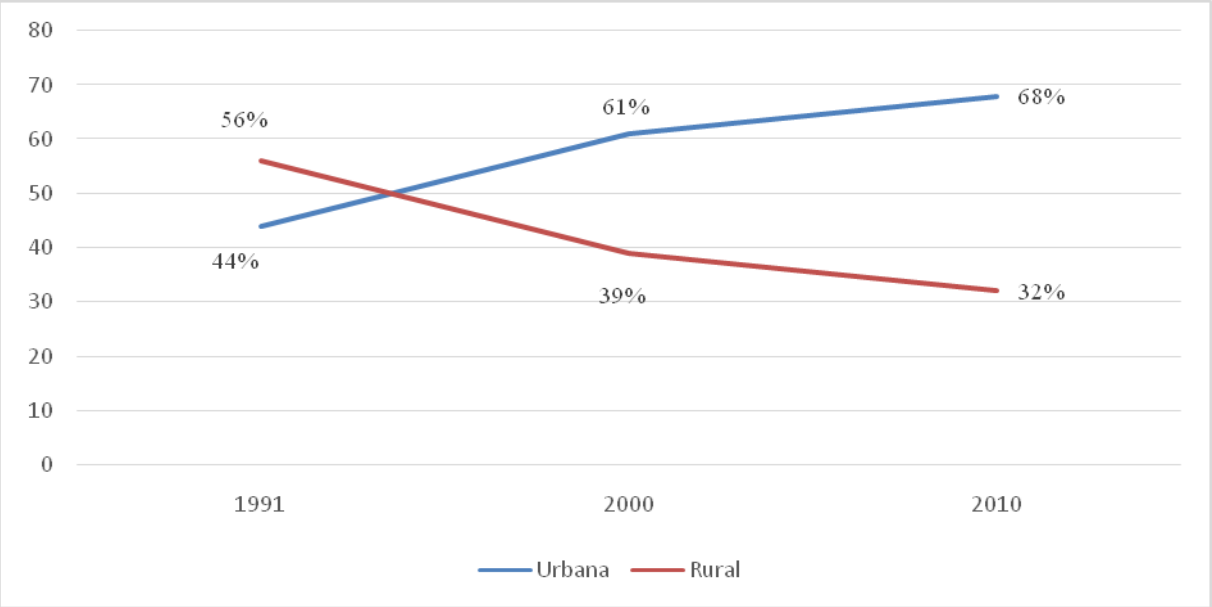



Fonte: Dados Estatísticos do IBGE. TOSTES, 2017

Em se tratando da ocupação espacial, também houve uma significativa mudança de uma população que em 1991 tinha 56% da população residindo na área rural e em 2000 houve uma transição passando o espaço urbano a comportar 61% no registro de 2010 como retrata o gráfico 2.

Esse cenário evolutivo da população torna-se complexo quando se observa uma série de déficits e carência de infraestrutura relacionada às questões fundiárias, pois a maior quantidade de terras do Oiapoque encontra-se sob domínio da União. No que refere as questões das terras, deve-se levar em conta o forte processo especulativo a partir da retomada da cooperação a partir do ano de 1995.

Gráfico 2. Evolução da população de 1991 a 2010




Fonte: Dados Estatísticos do IBGE. TOSTES, 2017

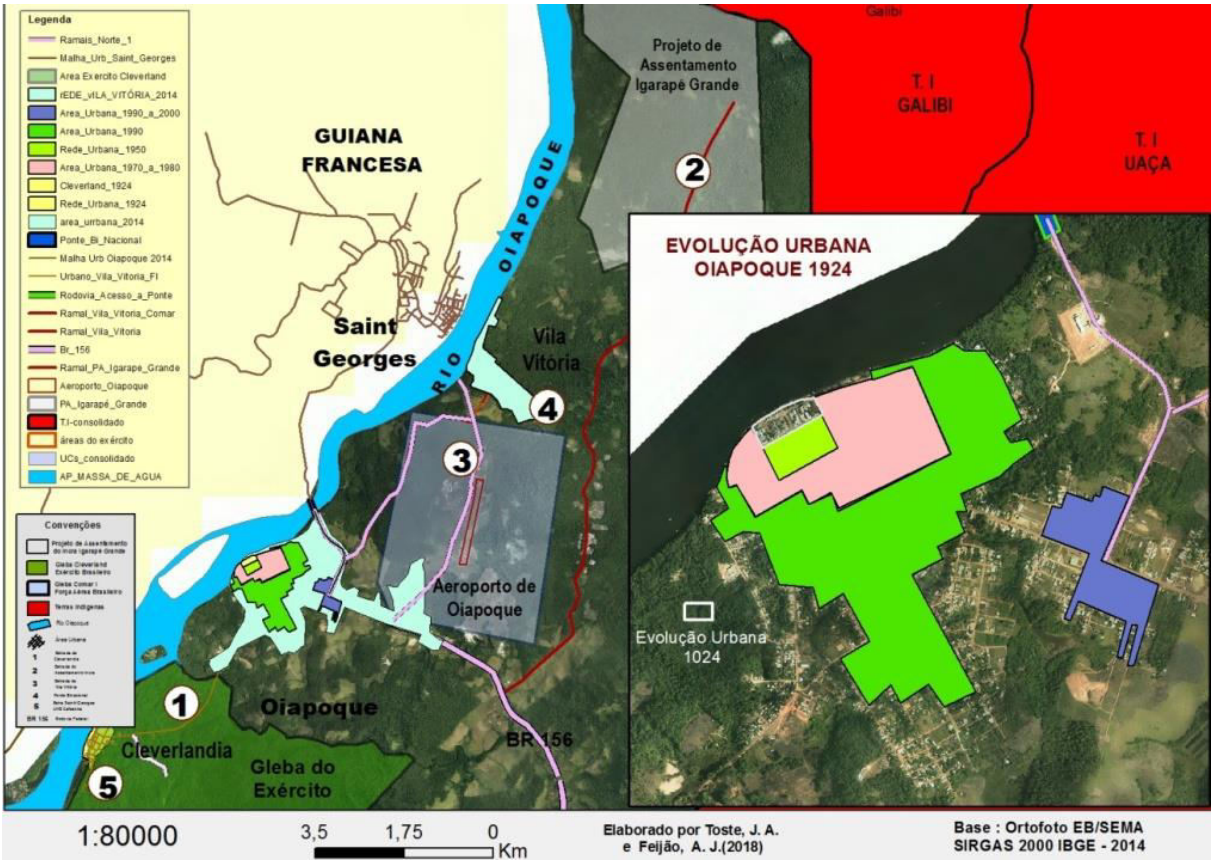
A estrutura da malha urbana da cidade de Oiapoque sofreu um inchaço populacional que, por não ter de áreas para se expandir, gerou uma pressão sob uso do solo disponível, principalmente em se tratado de áreas destinadas a habitação fato que configurou uma forma de ocupação adensada do espaço urbano (Figura 4).

Esses aspectos refletem no saneamento básico que é precário, ocupação desordenada, déficit habitacional deficiência crônica de geração de energia. Ademais se tem o problema da não conclusão do asfaltamento da BR-156. Conforme ressalta Porto (2002, p. 128) dentre as principais ações para organização do espaço amapaense (1975-1987) no caso de Oiapoque em 1979 a ação era justamente a construção da BR-156 em direção ao Oiapoque tendo por objetivo ampliar o acesso às áreas com potencial agrícola do norte amapaense e incentivar o comércio com a região do Caribe elementos importantes para a economia de Oiapoque.

A evolução urbana da cidade esteve condicionada aos fluxos existentes a partir de demandas que impulsionaram novas dinâmicas na fronteira, como as atividades de garimpo, a retomada da cooperação, a construção da ponte binacional e os avanços na pavimentação da BR-156. Além desses fatores, estão o fato de que a Justiça Federal é o ente público que impõem o respeito a partir dos conflitos já existentes no município, tal fato deixa algumas interrogações a respeito do papel do poder público municipal que

durante muito tempo se condicionou por conta das inúmeras limitações para gerenciar o território.

Figura 4. Evolução da malha urbana de Oiapoque de 2000 a 2014




Fonte: TOSTES E FEIJÃO, 2018

Sobre as características econômicas o município de Oiapoque no período de 2010 a 2013 ocupou a 5º posição no Ranking entre os municípios em termos de PIB com o valor em 2010 de R$ 192.414 aumentando em 2013 para R$ 287.572.

A respeito da participação por setor produtivo houve redução em alguns setores na comparação entre 2012 e 2013. No ano de 2012, o valor para o setor primário foi de 6,7%, secundário 4,8% e terciário 88,5%. Já em 2013, o primário passou a representar 5,9%, secundário 5,9% e terciário 88,3% (SEPLAN, 2015).

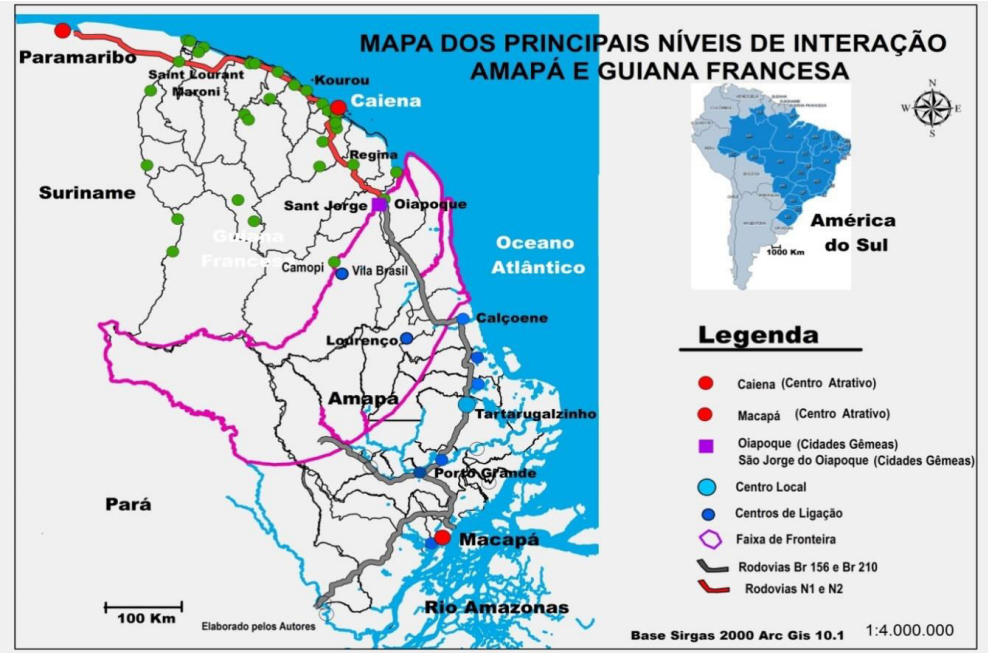
No geral, os aspectos econômicos do município não estão entre os piores do Estado, mas isso não significa dizer que há um cenário econômico positivo, pois como mostra os dados anteriormente apresentados os setores produtivos do município são fracos em relação à magnitude do setor terciário e o PIB torna-se insuficiente diante de todas as demandas do município que acaba ficando à mercê da dependência de recursos do fundo de participação dos municípios.

Não se pode negar a existência de obstáculos a serem enfrentados no contexto do desenvolvimento de Oiapoque e é exatamente por isso que se faz necessário também ampliar o campo de visão para as potencialidades da cidade por isso, os estudos sobre Oiapoque necessitam ampliar sua análise para além do foco só nos problemas existentes.

Assim sendo, nas investigações a respeito desse município é primordial estender a pesquisa para os campos do desenvolvimento regional que o legitime como sendo uma das portas alternativas para otimização do desenvolvimento endógeno do Amapá. O capital social existente nessa região é bem diversificado e que está estabelecido por duas frentes a serem avaliadas: a primeira, diz respeito a relação do Oiapoque com o próprio Amapá; e a segunda na relação com a Guiana Francesa, envolvendo diferentes ações, sejam elas legais ou ilegais.

Mais quais seriam as reais alternativas que Oiapoque possui? Uma delas está na visualização do Oiapoque como sendo o município que representa o único ponto de contato para políticas de integração estratégica com a União Europeia para o Amapá e o Brasil na inserção da Guiana Francesa na análise da cooperação e das relações transfronteiriças (PORTO; THEIS, 2015).

Figura 5. Principais níveis de interação entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa

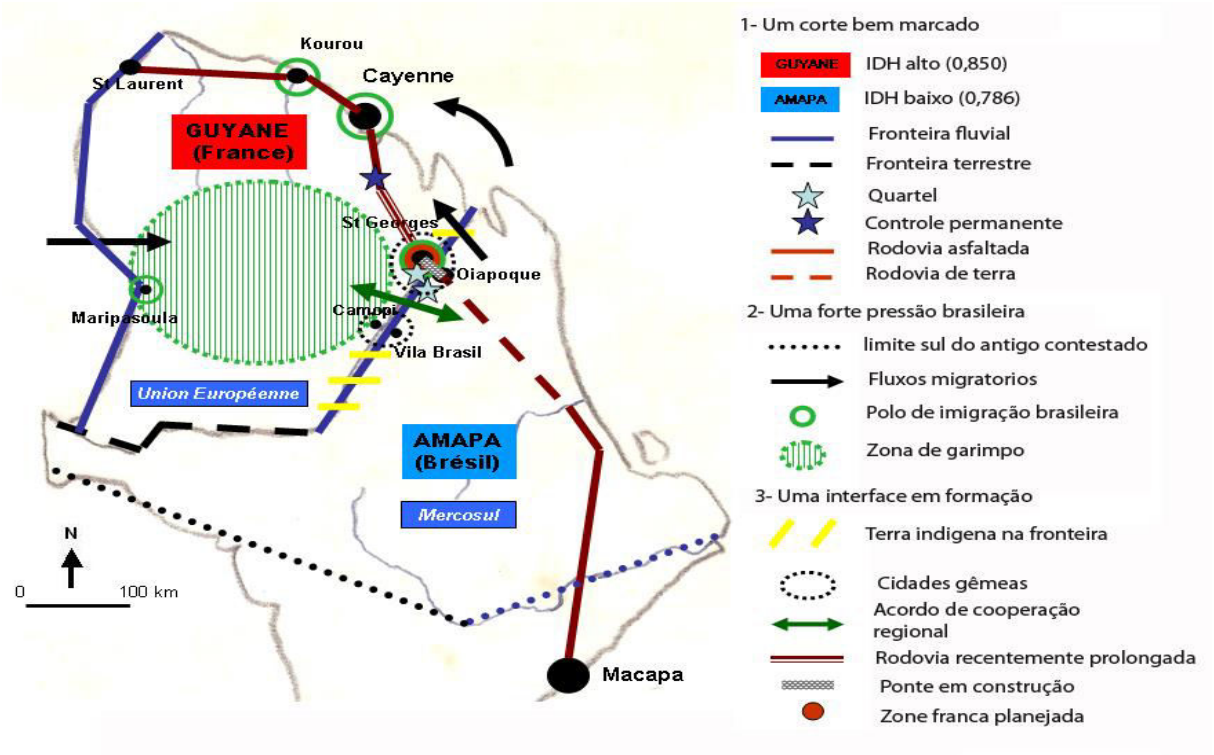



Fonte: Base Sirgas 2000. Crédito elaboração: FEIJÃO, 2017

Os níveis de interação com a Guiana Francesa é um fato, assim como a interação do Oiapoque com outros municípios do Amapá como pode ser observado nas figuras 5 e 6. A outra foi apontada por Silva (2013) que, enfatiza o espaço de cooperação sinalado por interesses compartilhados e/ou preocupações comuns, seja na compartilha de riquezas como na construção de ações conjuntas para solução de problemas conjuntos, aponta uma ação viável para Oiapoque o compartilhamento de ônus e bônus pertencentes aos

territórios fronteiriços neste caso em específico a partilha seria entre Oiapoque e a Guiana Francesa com Camopi, Saint-Georges-de-L'OyapockCayenne.

Figura 6. A conjuntura interativa entre o Amapá e a Guiana Francesa




Fonte: confins.revues.org

Silva (2014 p. 27) compartilha da ideia da gestão estratégica quando pontua que: "Hoje, o maior interesse sobre espaço geográfico fronteiriço está na maneira como ele é socialmente construído, gerido e como impacta nas práticas diárias da vida de cada cidadão".

Para Tostes (2011) por outro lado, já existem diversas redes sociais cooperadas que contribuem de forma efetiva para se viabilizar o planejamento estratégico da fronteira. A maior participação dos entes públicos que se instalaram nos últimos dez anos é um canal que acena para outras dinâmicas e possíveis novas transformações.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A REALIDADE DO LUGAR - OIAPOQUE (AP)

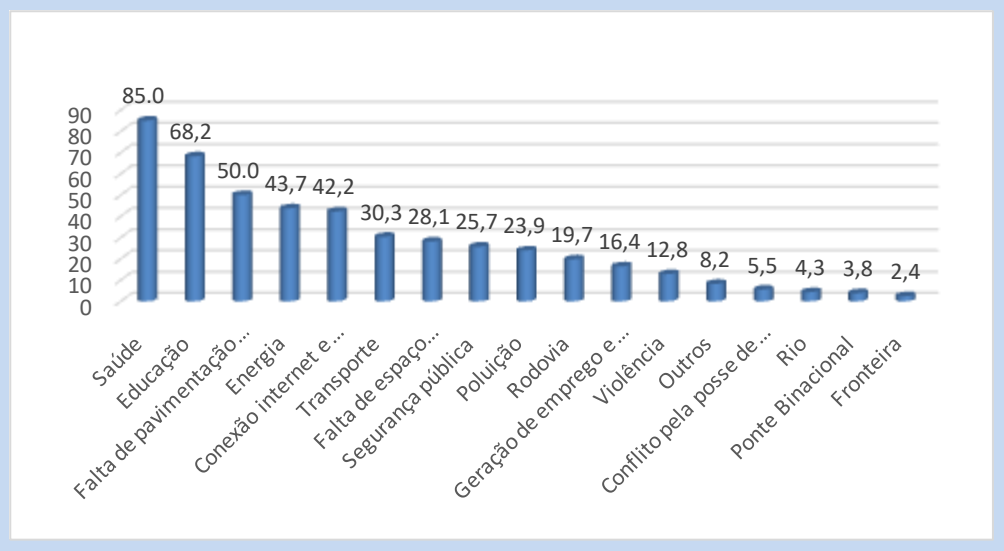
Mesmo diante de múltiplos obstáculos vividos pela população local, há uma clareza sobre a diversidade dos problemas a serem superados para se construir outro cenário possível. Após a pesquisa de campo com a inserção de vários atores e outras redes de

cooperação vislumbrou-se novos parâmetros para aferir a construção de um instrumento de política pública em favor do lugar.

Entre esses atores, destaca-se o Instituto Federal do Amapá - IFAP, Campus do Oiapoque, criado nos últimos três anos, e tornou-se uma instituição importante no município, a Universidade Federal do Amapá, onde foram criados nove cursos de graduação, inclusive atendendo as comunidades indígenas, e o redimensionamento do papel institucional da Prefeitura Municipal de Oiapoque na condução de novas ações estratégicas, os conselhos e ONGs que também passaram a ter atuação mais decisiva.

A pesquisa de campo realizada no município possibilitou a integração desse conjunto de atores institucionais para contribuírem com novos instrumentos balizadores para o futuro. Os principais problemas enfrentados cotidianamente pelos munícipes 85% relataram saúde, 68,2% educação, 50% falta de pavimentação das ruas, 43,7% energia, 42,2% conexão de internet e telefone, 30,3% transporte, 28, 1% falta de espaço estruturado para o lazer, 25,7% segurança pública, 23,9% poluição, 19,7% rodovia, 16,4% geração de emprego e renda e outros com menor percentual podem ser observados no gráfico 3.

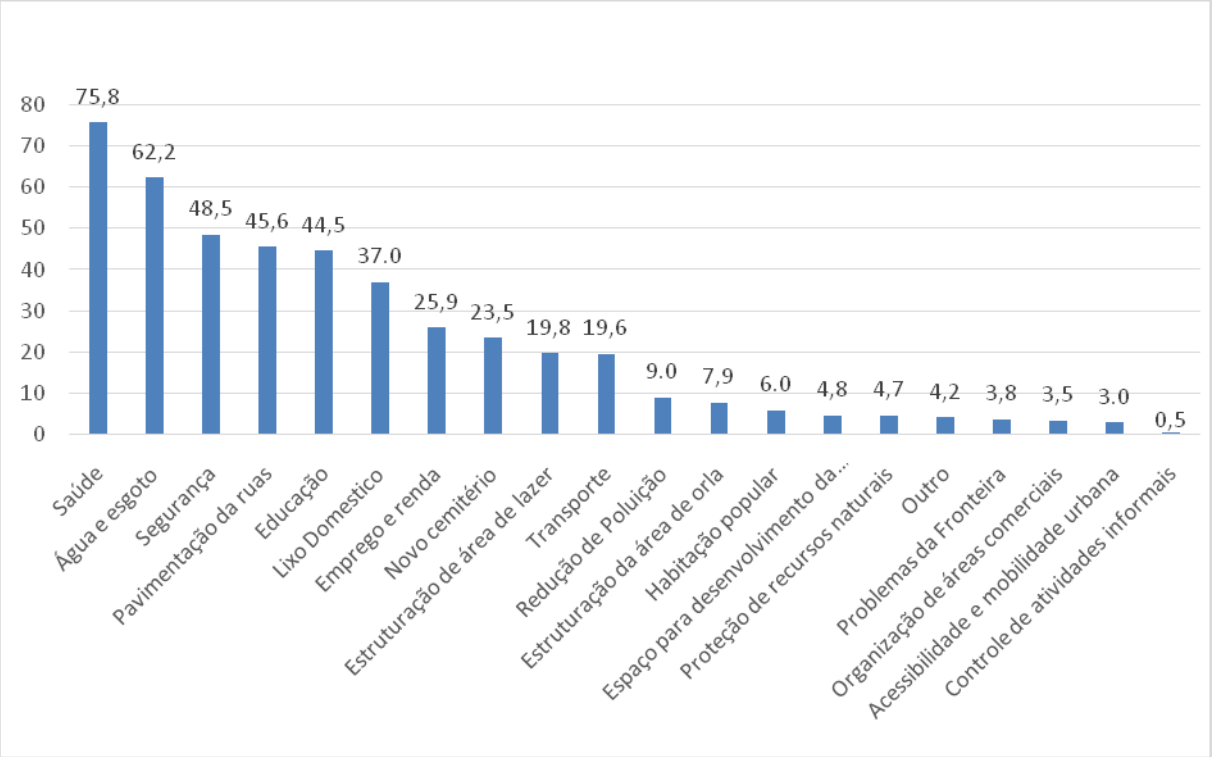
Gráfico 3. Principais problemas enfrentados cotidianamente pelos munícipes




Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Já as prioridades citadas pelos munícipes para serem consideradas na elaboração do Plano Diretor de Oiapoque 75,8% pontuaram saúde, 62, 2% água e esgoto, 48,5% segurança, 45,6% pavimentação das ruas, 44,5% educação, 37% lixo doméstico, 25,9% emprego e renda, 23,5%, novo cemitério, 19,8% estruturação de áreas de lazer, 19,6% transporte, 9% redução da poluição e outras citações podem ser analisadas no gráfico 4.

Gráfico 4. Prioridades a serem consideradas na elaboração do Plano Diretor de Oiapoque




Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Comparando os dez problemas citados com as dez prioridades indicadas a serem consideradas na elaboração dos estudos do Plano Diretor de Oiapoque, percebe-se que existe uma diferença na ordem de importância dos aspectos indicados. Apesar da convergência entre a dificuldade enfrentada e aquilo que é prioridade, hierarquicamente os moradores indicaram quais questões são mais significativas e quais tem necessidade urgentes de serem solucionadas.

Tais resultados refletem a realidade das problemáticas subsistente no município assinalado pelos próprios moradores que também tiveram nesse instrumento de consulta pública a oportunidade de expor suas necessidades e prioridades. Com isso, é possível avaliar os mecanismos aplicáveis à elaboração do plano diretor levando em conta a opinião e anseios da população claramente manifestada nas indicações apontadas nos gráficos 3 e 4.

Na opinião de 30,9% dos moradores o plano diretor futuro serve para melhorar a cidade, para 11,6% a finalidade é melhorar a qualidade de vida da população, demais 5,5% entende que serve para desenvolver o município, 5,1% organizar os bairros, 3,7% solucionar os problemas da cidade, porém o quantitativo dos que não sabem a serventia do plano foi superior com 37,5% do total amostral (Tabela 1).

Tabela 1.Serventia do plano diretor municipal

| EM SUA OPINIÃO, PARA QUE SERVE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL? | | |
|---|---|---|
| | **Frequência** | **Percentual** |
| Não sabe | 496 | 37.50% |
| Melhorar à cidade | 409 | 30.90% |
| Melhorar a qualidade de vida da população | 153 | 11.60% |
| Desenvolver o município | 73 | 5.50% |
| Organizar os bairros | 67 | 5.10% |
| Solucionar os problemas da cidade | 49 | 3.70% |
| Obter condições | 27 | 2.00% |
| Criar regras para regulamentar à cidade | 17 | 1.30% |
| Orientar as ações da gestão municipal | 16 | 1.20% |
| Integrar as políticas para o município | 16 | 1.20% |
| **TOTAL** | **1.323** | **100.00%** |

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

As expectativas em relação à elaboração e efetividade do plano diretor de Oiapoque são boas para 36,7% dos moradores, 14,7% deles não tem nenhuma expectativa, 14% não soube dizer, para 12, 2% é muito boa, 9% excelente e 7,6% informaram ser indiferentes (Tabela 2).

Tabela 2 - Expectativas em relação à elaboração e efetividade do Plano Diretor de Oiapoque

| QUAIS AS SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À ELABORAÇÃO E EFETIVIDADE DO PLANO DIRETOR DE OIAPOQUE? | | |
|---|---|---|
| | **Frequência** | **Percentual** |
| Boa | 485 | 36.70% |
| Nenhuma | 194 | 14.70% |
| Não sabe | 185 | 14.00% |
| Muito boa | 161 | 12.20% |
| Excelente | 119 | 9.00% |
| Indiferente | 101 | 7.60% |
| Péssima | 52 | 3.90% |
| Ruim | 26 | 2.00% |
| **TOTAL** | **1.323** | **100.00%** |

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O responsável pela aplicabilidade e controle do Plano Diretor Municipal na concepção dos moradores 48,1% é da prefeitura, 38% não sabem a quem compete à função, 5,1% considera como responsabilidade da prefeitura e sociedade civil, 2,9% ministério público e outras nomeações podem ser conferidas na tabela 3.

Tabela 3 - Em sua opinião quem é o responsável pela aplicabilidade e controle do Plano Diretor Municipal

| EM SUA OPINIÃO, QUEM É O RESPONSÁVEL PELA APLICABILIDADE E CONTROLE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL? | | |
|---|---|---|
| | **Frequência** | **Percentual** |
| Prefeitura | 636 | 48.10% |
| Não sabe | 503 | 38.00% |
| Prefeitura e sociedade civil | 67 | 5.10% |
| Ministério Público | 39 | 2.90% |
| Justiça Federal | 24 | 1.80% |
| Outro órgão | 21 | 1.60% |
| Sociedade civil | 16 | 1.20% |
| Associações de moradores | 12 | 0.90% |
| Ministério das cidades | 5 | 0.40% |
| **TOTAL** | **1.323** | **100.00%** |

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Quanto ao conhecimento sobre a existência de projetos para área onde moram 82,5% desconhecem o assunto, 5,7% mencionaram projetos municipais, 3,9% projeto Minha Casa Minha Vida.

A pesquisa de campo comprovou um enorme potencial de formação de capital social constituído na área de fronteira, que aqui, descrevemos nas ideais Lin, esse autor diz que o capital social é como um conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações.

Considera que a rede social é como um conjunto formado por atores que compartilham do mesmo interesse, num processo de reconhecimento mútuo e argumenta que o capital social "enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado deve ser definido como recursos inseridos na estrutura social que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização de um objetivo. Esse objetivo está fortemente inclinado para a definição das diretrizes que podem melhor ordenar as perspectivas de planejamento na área de fronteira.

Aplicando as ideais de Granovetter (1995) com relação aos resultados da pesquisa obtida em campo no Oiapoque, mostram que, como afirma o autor, os cidadãos em geral estão inseridos na variedade de grupos sociais – famílias, vizinhanças, redes, companhias, igrejas e nações – cujos interesses elas têm que contrapor os seus. Por isso, mesmo diante de realidades que estão em lados opostos, cada um, busca à sua maneira a melhoria do lugar, mesmo que para isso as propostas estejam antagônicas, e até mesmo, conflituosas.

As demandas existentes por parte da população local são reconhecidas através das instâncias que são demandadas através dos entes institucionais como o Ministério Público e a Justiça Federal, pois os principais conflitos que envolvem os níveis de prioridades na fronteira vêm sendo decididos através de audiências públicas para pactuar as melhores

alternativas que visem atender satisfatoriamente aos moradores, sem, que, todavia, o resultado final seja do agrado de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de capital social existente hoje na fronteira, muito embora possa se apresentar às vezes de forma contraditória, se apresenta como um fator positivo para população local, pois há clareza sobre as reais necessidades que precisa o lugar para avançar na perspectiva do desenvolvimento a partir das demandas locais. Os resultados das análises e do trabalho de campo mostram que a população tem ciência das responsabilidades que cabe aos moradores, entretanto, tem a ciência das adversidades que precisam ser superadas.

Outro fator importante é que a ação coletiva esteve condicionada ao grau reduzido do associativismo na região após a fase de retomada da cooperação com a Guiana Francesa. O papel institucional que cabe às esferas de governo, como a União, estado e município também tem sido fundamental para elevar os níveis de participação das redes sociais e na elevação do capital social já estabelecido na região. Entretanto, as limitações de ordem financeira e econômica e as fragilidades de gestão contribuíram para outras adversidades que se formaram ao longo do processo de construção de um importante instrumento de política pública, que é o Plano Diretor.

## REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento Endógeno em Templos de Globalização*. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARROS, A. M. F. B.; CARVALHO, C. S.; MONTANDON, D.T. O Estatuto da Cidade comentado. In: Celso Santos Carvalho; Ana Claudia Rossbach. (Org.). *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 91-118.

BRASIL. *Estatuto da Cidade – guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. ROLINIK, Raquel (coord.). 3. Ed. Brasília: CEF/ Pólis, 2005.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico***.** 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.

CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. *Documento produzido a partir do Fórum Social* Mundial Policêntrico, 2006.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora: UNESP, 2004.

COLEMAM, James. *Social capital in the creation of human capital*. American Journal of Sociology, v. 94, p. 95-120, 1988. Suplemento.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco.1996. 455 p.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2006.

___. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos. 2005. 263 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados e Indicadores das Cidades*. Disponível em:<www.cidades.ibge.gov.br.>. Acesso em: 04 abr. 2017.

LOBÃO, Isabella Guimarães. *O processo de planejamento urbano na vigência do Estatuto da Cidade: os casos do Planos Diretores de 2006 de são José dos Campos e Pindamonhangaba*. 372 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Isabel. Cristina. Eiras de. (coord). *Estatuto da Cidade; Para Compreender*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LIN, Nan et al. *Social recourses and strength of ties: structural factors in occupational attainment*. American Sociology Revista**,** n.46. p. 393-405.

PORTES, Alejandro. *Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea*. Revista Sociologia Problemas e Práticas. n. 33. p 133-138. 2000.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTO, Jadson Luís Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)*. 216 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: 2002.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 2002. 257 p.

PORTO, Jadson Luís Rabelo; THEIS, Ivo Marcos. *Circuitos da Economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial*. *Labor & Engenho*, Campinas [SP] Brasil, v.9, n.2, p.101-14, abr./jun. 2015.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Tesouro. *Indicadores Socioeconômicos do Estado doAmapá*. 2011-2013. Macapá, SEPLAN, 2015.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. *Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local*. Macapá: UNIFAP, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. *Oiapoque: potencialidades e caminhos neste século XXI*. Macapá: UNIFAP, 2014.

TOSTES, José Alberto. *Planos diretores no estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional*. Macapá: J. A. Tostes, 2006.

_____. *Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional*. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

XIMENES, Tereza. *Capital social, redes sociais e inovações produtivas*. Revista Ambiente & Sociedade. ISSN 1414-753X.